

AdRA - ÁGUAS DA REGIÃO DE AVEIRO, S.A.

CONCURSO PÚBLICO N° CP/2024/05_DOP

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO E
GESTÃO DA QUALIDADE DE EMPREITADAS E
SERVIÇOS DA DIREÇÃO DE OPERAÇÃO E DA
DIREÇÃO DE MANUTENÇÃO**

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| 1. TIPO DE PROCEDIMENTO | 3 |
| 1.1 IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO | 3 |
| 1.2 ENTIDADE ADJUDICANTE | 3 |
| 1.3 ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR | 3 |
| 1.4 ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS | 3 |
| 1.5 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO | 4 |
| 1.6 PRAZO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO | 5 |
| 1.7 DOCUMENTOS CONSTITUINTES DA PROPOSTA | 5 |
| 1.8 ASSINATURAS | 6 |
| 1.9 AGRUPAMENTO CONCORRENTE | 6 |
| 1.10 IDIOMA | 6 |
| 1.11 PROPOSTAS VARIANTES | 6 |
| 1.12 MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS | 7 |
| 1.13 PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS | 7 |
| 1.14 PRAZO DE OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS | 7 |
| 1.15 CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO | 7 |
| 1.16 CAUÇÃO | 8 |
| 1.17 POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DE UM AJUSTE DIRETO | 8 |
| 2. PREÇOS ANORMALMENTE BAIXOS | 8 |
| 3. CONTRATO RESERVADO | 8 |
| 4. DESPESAS | 8 |
| 5. PREVALÊNCIA | 8 |
| 6. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL | 8 |
| 7. ANEXOS | 9 |
| ANEXO I | 10 |
| ANEXO II | 11 |
| ANEXO III | 12 |
| ANEXO IV | 13 |

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

I. TIPO DE PROCEDIMENTO

Concurso público ao abrigo da alínea a) do n.º I do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, devidamente atualizado.

I.1 Identificação do concurso

Concurso público n.º CP/2024/05_DOP – aquisição de serviços de fiscalização e gestão da qualidade das empreitadas e serviços da Direção de Operação (DOP) e da direção de manutenção (DMAN), nos termos e condições definidas nas especificações constantes do caderno de encargos.

I.2 Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a “AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.”, de agora em diante designada por AdRA, titular do NIPC n.º 509 107 630, com sede na travessa da rua da Paz, n.º 4, 3800-587 Cacia – Aveiro, e com os seguintes contactos para efeito do presente concurso:

- Travessa da rua da Paz, n.º 4, Apartado 3144 EC Taboeira, 3801-101 Aveiro
- Telefone: +351 234 910 200
- Fax: +351 234 910 299
- Correio eletrónico: adra@adp.pt
- Plataforma eletrónica de contratação pública: <https://www.acingov.pt>

I.3 Órgão que tomou a decisão de contratar

A deliberação de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração na reunião de 26 de janeiro de 2024.

I.4 Órgão competente para prestar esclarecimentos

O órgão competente para prestar esclarecimentos é o Júri do procedimento.

1.5 Documentos de habilitação

1.5.1 Nos termos do artigo 81º do CCP, o adjudicatário terá de apresentar, sob pena de caducidade, os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo II** ao CCP (**Anexo IV** ao presente programa);
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55º do CCP;
- c) Cópia das apólices de seguro de responsabilidade civil e de acidentes de trabalho atualizadas.

1.5.2 No mesmo prazo de apresentação dos documentos de habilitação, o adjudicatário deve subscrever o Código de Conduta para Fornecedores disponível no website da AdRA em <https://www.adra.pt/template-simples/334/fornecedores>;

1.5.3 Antes da celebração do contrato o adjudicatário deve, ainda, apresentar, os seguintes documentos sob pena de caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87º-A do CCP:

A. Diretor de fiscalização, nos termos do artigo 23º da Lei nº 31/2009, de 3 de julho, devidamente atualizada:

- a) Identificação dos Diretores da Fiscalização, acompanhada pelos respetivos termos de responsabilidade por estes subscritos, nos termos do nº 4 do artigo 21º da Lei nº 31/2009, de 3 de julho;
- b) Comprovativo de contratação, por vínculo laboral ou de prestação de serviços, dos Diretores da Fiscalização;
- c) Comprovativos e números de inscrição em associação profissional;
- d) Comprovativo da qualificação dos técnicos para a função de Diretor da Fiscalização, através do Sistema Eletrónico de Reconhecimento de Atributos Profissionais com o cartão de cidadão a que se refere o artigo 51º da Lei nº 2/2013, de 10 de janeiro, devidamente atualizada, em função da categoria da obra a fiscalizar classificada nos termos da Portaria nº 255/2023, de 7 de agosto;

B. Coordenador de segurança na fase de projeto, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 9º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de outubro:

- a) Comprovativo do certificado de habilitações literárias;

- b) Cópia do Certificado de Aptidão Profissional (CAP) válido de nível V ou superior, emitido pela Autoridade para as Condições do Trabalho (ou da declaração de conformidade ou do reconhecimento da qualificação, consoante aplicável, no caso de cidadão nacional de Estado membro da União Europeia e de cidadão nacional de Estado não membro da União Europeia que seja signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu) respeitante ao Coordenador de Segurança na fase de Projeto.

1.5.4 Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa;

1.5.5 Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

1.5.6 Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário serão disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica indicada em 1.2.

1.6 Prazo de apresentação dos documentos de habilitação

1.6.1 Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser obrigatoriamente apresentados no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data da notificação da adjudicação, sob pena de não o sendo, nos termos do nº 1 do artigo 86º do CCP, a adjudicação caducar.

1.6.2 Serão concedidos 5 (cinco) dias úteis para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86º do CCP, contados após notificação do adjudicatário, da resposta que defira a pronúncia em sede de audiência prévia, nos termos do nº 2 do referido artigo.

1.7 Documentos constituintes da proposta

A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível em <https://ec.europa.eu/tools/espd/filter>, de acordo com o **Anexo I** ao presente programa);
- b) Declaração do concorrente contendo a proposta de preços, com indicação dos preços unitários, elaborada em conformidade com o modelo do **Anexo II** ao presente programa;
- c) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Código de Conduta

para Fornecedores, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo III** ao presente programa;

- d) Cópia da certidão permanente ou código de acesso;
- e) Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de preços unitários anormalmente baixos, se aplicável;
- f) O preço global da proposta deve ser indicado em algarismos e por extenso, referindo expressamente que não inclui o IVA;
- g) Os preços unitários devem ser expressos por algarismos, apresentados com o máximo de 2 (duas) casas decimais, e não incluem o IVA.

1.8 Assinaturas

1.8.1 Nos termos do n.º 4 do artigo 57.º do CCP, a declaração referida na alínea a) do número anterior, deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

1.8.2 Todos os documentos carregados na plataforma eletrónica (independentemente do formato) deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada nos termos do artigo 54º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto.

1.8.3 Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

1.9 Agrupamento concorrente

Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida no número anterior, deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

1.10 Idioma

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

1.11 Propostas variantes

Não serão aceites propostas variantes.

1.12 Modo de apresentação das propostas

Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica indicada em 1.2.

1.13 Prazo para apresentação das propostas

As propostas devem ser apresentadas até às **18:00:00** de **29.02.2024**.

1.14 Prazo de obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

1.15 Critério de adjudicação

1.15.1 O critério que presidirá à adjudicação será o da proposta economicamente mais vantajosa, prevista na alínea b) do n.º I do artigo 74.º do CCP, ou seja, na modalidade *monofator*, determinado pelo mais baixo preço.

1.15.2 Em caso de empate entre duas ou mais propostas será privilegiada a proposta que apresente a soma mais baixa dos preços referentes aos Diretores de Fiscalização (1, 2 e 3).

1.15.3 Se ainda assim o empate subsistir, será realizado um sorteio entre as propostas relativamente às quais se verifica o empate, nos seguintes termos:

- i. O júri notifica os concorrentes que apresentaram as propostas empatadas, com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias, da data, da hora e do local da realização do sorteio;
- ii. A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes;
- iii. Numa urna são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração;
- iv. A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem da extração efetuada;
- v. A não comparência de todos ou de alguns dos interessados não constitui fundamento de não realização ou de adiamento do sorteio, nem de exclusão das respetivas propostas.

1.16 Caução

1.16.1 Não é exigida prestação de caução, mas a fim de garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que o adjudicatário assume com a celebração do contrato, nos termos do nº 3 do artigo 88º do CCP, poderá a AdRA, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

1.16.2 Se tiver sido esse o caso, o valor retido a que se refere o número anterior é liberado nos termos do artigo 295º do Código dos Contratos Públicos.

1.17 Possibilidade de adoção de um ajuste direto

Se no futuro vierem a ser necessários novos serviços que consistam na repetição de serviços similares ao do objeto do presente concurso, poderá ser adotado um ajuste direto para a sua aquisição, nos termos e condições do disposto na alínea a) do nº I do artigo 27º do CCP.

2. PREÇOS ANORMALMENTE BAIXOS

Consideram-se preços anormalmente baixos quando sejam 25%, ou mais, inferiores aos preços base unitários definidos.

3. CONTRATO RESERVADO

Não se trata de um contrato reservado, nos termos do disposto nos artigos 54.º-A e 250.º-D.

4. DESPESAS

Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as despesas relacionadas com a celebração do contrato, constituem encargo dos concorrentes ou do adjudicatário, conforme o caso.

5. PREVALÊNCIA

As normas do programa do procedimento prevalecem sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios com elas desconformes.

6. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas no presente programa do procedimento, aplica-se o disposto no CCP.

7. ANEXOS

Anexo I - Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

Anexo II – Modelo da proposta

Anexo III – Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Código de Conduta para Fornecedores

Anexo IV – Modelo de declaração (Anexo II do CCP)

ANEXO I

[Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1.7 do programa do procedimento]

(Artigo 168.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, devidamente atualizado)

- Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016;
- O concorrente deverá completar o preenchimento do DEUCP pré-preenchido pela AdRA, com as informações que lhe digam respeito, na área específica do Portal da Comissão Europeia, em <https://ec.europa.eu/tools/espd/filter>, utilizando para o efeito o documento pré-preenchido disponibilizado junto às peças do presente procedimento;
- As **PARTES IV e V** do DEUCP não são aplicáveis ao presente procedimento.

ANEXO II

[Modelo de proposta a que se refere a alínea b) do n.º 1.7 do programa do procedimento]

PROPOSTA

[identificação do representante legal do concorrente], na qualidade de [qualidade em que subscreve a declaração] da [identificação da sociedade ou do agrupamento] depois de ter tomado conhecimento do objeto do concurso público para formação de contrato de aquisição de serviços de fiscalização e gestão da qualidade das empreitadas e serviços da Direção de Operação e da Direção de Manutenção, a que se refere o anúncio de procedimento n.º NN/2024, publicado na II Série do Diário da República, n.º NN, datado de NN.NN.2024 e no Jornal Oficial da União Europeia com o n.º 2024/NNN-NNN NNN de NN de NNNNN, obriga-se a executar o contrato a celebrar, de harmonia com o disposto no programa do procedimento e caderno de encargos, nas condições técnicas propostas, aos preços unitários a seguir relacionados e pelo valor global de _____, € (extenso), que não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado:

| Serviço | N.º máximo de meses | Afetação | Preço base unitário mensal | Preço unitário mensal proposto | Preço total (24 meses) |
|---|---------------------|----------|----------------------------|--------------------------------|------------------------|
| Diretor de fiscalização – 1 | 24 | 100% | 2.725,00€ | € | € |
| Diretor de fiscalização – 2 | 24 | 100% | 2.725,00€ | € | € |
| Diretor de fiscalização – 3 | 24 | 100% | 2.725,00€ | € | € |
| Coordenador de segurança em fase de projeto | 24 | 100% (*) | 250,00€ | € | € |
| VALOR GLOBAL | | | | | € |

(*) 100% disponível sempre que a AdRA necessite do serviço de coordenação de segurança em fase de projeto. Apenas como referência, prevê-se que este serviço seja necessário 8 (oito) vezes por ano, podendo, no entanto, este número variar de acordo com as necessidades da AdRA.

Assinaturas:

ANEXO III

[Declaração de Aceitação do Código de Conduta para Fornecedores a que se refere a alínea c) do nº 1.7 do programa do procedimento]

[Empresa], com sede na [morada], contribuinte n.º [...], representada por [cargo e nome], declara que, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Código de Conduta para Fornecedores, disponível no website da AdRA em <https://www.adra.pt/template-simples/334/fornecedores>, declara sob compromisso de honra que a sua representada se obriga a executar o contrato a celebrar na sequência do concurso público para a formação de contrato de aquisição de [identificação do objeto da aquisição], em conformidade com o conteúdo do mencionado código de conduta, o qual declara aceitar, sem reservas.

Local e data,

(assinaturas)

ANEXO IV

[Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1.5.1 do programa do procedimento]

(Artigo 81.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º